

Relações étnico-raciais e cidadania no cotidiano escolar: Relatos da comunidade mediante a utilização de oficinas em uma escola de ensino fundamental.

Autora: Regina Celly Clemente Silva;
Universidade Federal de Pernambuco – CAA
reginacaruaru@hotmail.com
Co-autor: Roberto Ribeiro da Silva

Resumo: O presente texto buscou entender o cotidiano de uma escola, por meio de uma oficina sobre as relações étnico raciais oferecida pela gestão escolar, para toda a comunidade: estudantes, pais, e comunidade escolar em geral. O estudo mostrou a importância de se abordar tal temática devido sua pouca discussão e conseqüentemente seus impactos sociais na escola e na sociedade. Para elaboração do estudo nos utilizamos de autores que em suas linhas de pensamento tratam de questões sobre as relações étnico-raciais, racismo, cidadania, contexto escolar, identidade, diversidade, também como a gestão escolar que é toda a estrutura que contribui para a pesquisa em tela, dessa forma tomamos por base autores como: Pimenta, Melo, Libâneo, Saviani para a área de gestão e para as outras áreas utilizamos Alarcão, Gomes, Souza, Werneck e muitos outros que porventura não apareçam nas citações e ou referencias mas que suas linhas de pensamento estarão subjacentes ao que discutimos.

Palavras-chave: Relações étnico raciais, Cotidiano Escolar, Comunidade Escolar.

1 Introdução

Em busca de nos aproximarmos da realidade do nosso campo de pesquisa procuramos conhecer a escola, seu cotidiano e suas relações no tocante a comunidade, gestão, corpo docente e estudantes de modo geral, principalmente em entender um pouco do fazer da gestão, além de termos a oportunidade de planejar e executar um projeto de intervenção a fim de promover a construção do nosso conhecimento e associação entre teoria e prática no âmbito do Ensino Fundamental.

O presente estudo foi desenvolvido numa escola de ensino fundamental da rede municipal, na cidade de Caruaru, no agreste de Pernambuco. Em conversas com parte da equipe gestora percebemos um pouco a necessidade da discussão de uma temática que abordasse toda a vivência da escola, por isso a escolha das relações étnico raciais e cidadania para a elaboração das oficinas, uma vez que ambas eram deficitárias na formação dos professores. O objetivo das oficinas, conseqüentemente do estudo é discutir temáticas sobre as relações étnico-raciais e cidadania na escola, desmembrando-se nos específicos: Apresentar a lei 10.639/2003 em que se estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas; Dialogar sobre a diversidade étnica-racial na escola; Trabalhar o reconhecimento da identidade negra; Contribuir para a formação do sujeito como cidadão e participante.

Para melhor desenvolvermos o projeto de intervenção, com o trabalho das oficinas, estruturamos nosso marco teórico com as seguintes categorias: **Lei 10.639/2003:** neste ponto abrimos uma panorama sobre a criação da lei e sua importância e eficácia para as relações no cotidiano da escola; **Dialogando sobre a diversidade étnico-racial na escola:** aqui trazemos um contexto histórico e cultural da escola brasileira, com relação a diversidade na escola; **Reconhecimento da identidade negra:** no presente tópico trazemos uma perspectiva história dos negros, também como a declaração dos direitos universais dos cidadãos; **Relações étnico-raciais: teorias e experiências vividas no espaço escolar:** aqui trazemos a escola como pano de fundo das relações interpessoais, também como um espaço formativo para tais questões e por fim **As Contribuições para a formação do sujeito como cidadão,** no qual enfatizamos a cidadania como um processo de humanização dos sujeitos, também como, seus modos e seus jeitos de ser no mundo. Toda a temática foi desenvolvida através de oficinas, debates, relatos e palestras, com a presença de parte da equipe gestora, incluindo professores, funcionários da secretaria da escola e demais funcionários da escola, também como parte da comunidade. Deste modo o presente trabalho surgiu da experiência dessas oficinas.

2 Discussão e Marco teórico

2.1 A Lei 10.639/2003

Desde o final da década de 90 que as primeiras discussões acerca do ensino da África e diversidade cultural na educação básica começou a tomar corpo e isso se deu graças a pressões do movimento negro e anti-racistas. Isso não significa que anterior a este ano não havia discussões acerca do tema, no entanto é só no final dessa década que o MEC (Ministério da Educação) começa a normatizar as ações.

No ano de 2003, tivemos a criação da Lei 10.639/2003. Essa lei instituiu o ensino a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do Brasil. A lei foi aprovada pelo Conselho nacional de Educação em março de 2004 e reconhecido oficialmente em junho do mesmo ano.

O parecer e a resolução que instituíram as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em março de 2004 e

homologados pelo Ministério da Educação (MEC) em junho do mesmo ano. A resolução foi resultante do Parecer CNE/CP 3/2004, que teve como relatora a conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Câmara de Educação Superior do CNE.

No ano de 1996, os Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs) estabeleceram o ensino de história africana e isso foi de uma certa maneira uma preparação para a criação das Diretrizes para o ensino deste conteúdo curricular.

Durante muito tempo as diversas culturas brasileiras foram vistas como sendo uniformes e isso deu origem ao pensamento homogeneizante. Foi uma maneira de exterminar as diferenças e fechar os olhos para os preconceitos que inferiorizam a população negra. O Brasil era visto como sendo um país livre de preconceitos raciais e portanto não havia necessidade de criar leis específicas para um grupo de pessoas que não sofria preconceitos. O movimento negro vem dizer que existe preconceito e em consequência exclusão étnica e social. Graças a pressões do movimento nas camadas do governo é que as coisas começam a ser mudadas. O que o movimento quer é a convivência com as diferenças, não de forma inferiorizante, mas de forma em que haja respeito.

2.2 Dialogando sobre a diversidade étnico-racial na escola

Ao falarmos de diversidade nos remetemos ao contexto histórico e cultural da nossa escola brasileira. Pois, vivermos em um país constituído de uma pluralidade de raças e etnias que resultam em um cenário da diferença e ao mesmo tempo da semelhança. Neste mesmo contexto de heterogeneidade a escola atua como espaço educativo de formação social, constituída por sujeitos advindos desse recinto chamado diversidade, nos quais devem ser reconhecidos, respeitados e valorizados nas suas singularidades.

Assim, a escola torna-se um espaço de diálogo entre as diversas culturas, raças e etnias que ali se encontra, convivem e necessitam de práticas educativas que possibilitem a concretização desse diálogo entre toda a comunidade escolar, garantindo as múltiplas relações existentes entre os sujeitos que compõe e atua não apenas no ambiente escolar, mas também social. Por isso é importante enfatizarmos que:

“Neste contexto, marcado pela diversidade de sujeitos e modos de existir, o grande desafio que enfrentamos é construir um ambiente escolar que valorize as diferenças, que combata as desigualdades, que se pautem pelo respeito e solidariedade. Referimo-nos a relações e valores democráticos que devem ser muito mais do que conteúdo de aulas, devem ser modos de

orientar a vida dentro da instituição.” (SOUZA e KLEIN, 2013, p.28)

Desse modo, torna-se interessante que o professor como sujeito formador perpassa sobre essas temáticas, pois é algo presente não somente na escola quanto espaço de relações sociais, mas, no processo de ensino-aprendizagem dos educandos mediante a diversidade de saberes que ali emergem e se relaciona na prática do ensinar e aprender.

2.3 Reconhecimento da identidade negra

Os homens e mulheres de cor negra viviam em seu país com as suas formas de cultura, eram donos da terra, organizavam-se em tribos com reis e rainhas etc. As tribos nem sempre viviam de forma harmoniosa, as lutas aconteciam e os povos vencidos eram escravizados pelo vencedor. Os homens de cor branca começaram a fazer negócios com os homens de cor negra e o produto desses negócios eram o tráfico de pessoas negras. Essas pessoas eram levadas em navios, principalmente para a América/Brasil. Nesse processo de escravidão eles eram vistos como animais e portanto, desprovidos de desejos, cultura e posições de destaque na sociedade. Os povos de cor negra não eram vistos sequer como povo, eram vendidos como se vende animais. Eram normalmente alimentados com o que se dá para animais e obrigados a trabalhar muito e forçadamente. Mesmo em meio a tantas intempéries os povos africanos conseguiram manter algumas de suas formas de cultura e tantos outros conseguiram resistir a dominação europeia.

Os povos africanos que foram escravizados não lutavam por privilégios, mas lutavam por direitos iguais ao do homem branco. Lutavam pelo direito de serem vistos como seres humanos, que são. Em 1948, é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e anunciada mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU). A declaração no 2º artigo diz que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

O texto vem reconhecer as identidades de todo ser humano e reconhecer todas as pessoas como pessoas. Esse reconhecimento não possui uma hierarquia em que se justifica a

inferiorização de grupos de pessoas. Inferiorização esta sustentada pelo europeu durante séculos e rompida oficialmente com a proclamação dos direitos universais do homem.

Atualmente, mesmo existindo o preconceito contra pessoas de cor negra, temos avanços significativos no reconhecimento da identidade destes povos, é o caso de leis que os contempla, a liberdade de cultos afros, participação no âmbito político etc.

2.4 Relações étnico-raciais: teorias e experiências vividas no espaço escolar

O espaço escolar sempre foi um ambiente desafiador para as pessoas de cor negra, pois, ele revela a sociedade e suas vivências. Sociedade essa que é preconceituosa e portanto, concebe o negro como sendo inferior. As relações desiguais estão presentes no contexto da escola. As teorias nos ajudam a refletir sobre essas relações e assim possibilitam uma melhor prática educativa bem como nos apontam possibilidades para a diminuição dessas desigualdades criadas pelos diversos grupos sociais. Em linhas gerais os professores não possuem formação adequada para trabalhar essas questões em sala de aula.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2003, p.171)

Gomes traz essa importante reflexão, que nos alerta acerca da construção social que o negro sempre recebeu, construção essa que os obriga a negar a sua própria identidade. Ao mesmo tempo em que Gomes faz essa importante constatação, também nos alerta para deficiências nos processos de formação de professores que quando oferecem reflexões sobre o negro, não as dão de forma a compreendê-la com a seriedade necessária.

A escola é um dos ambientes formativos tanto para professores quanto para alunos. A visão distorcida acerca do negro pode ser aos poucos modificada. Sendo um ambiente formativo a escola pode mudar as concepções errôneas construídas ao longo dos séculos.

2.5 Contribuições para a formação do sujeito como cidadão

Cidadania é um processo que começou nos primórdios da humanidade e que é efetivado através do conhecimento, e conquistas, também como, através da luta, mas não como algo pronto, mas algo que está em constante construção, cidadania tem relação com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos sejam garantidos. O historiador José Murilo de Carvalho, define cidadania como: “O exercício pleno dos direitos políticos civis e sociais, uma liberdade completa que combina igualdade e participação numa sociedade ideal, talvez inatingível”.

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas. (MEC, Brasília, 2007).

Tornar-se cidadão ou cidadã é construir sua identidade a partir de seus conhecimentos sobre o mundo, sobre seus direitos e sobre suas necessidades, é possibilitar a si mesmo e ao outro o poder que cada um tem perante a sociedade, exercer a cidadania é conhecer seus direitos e cobrá-los quando necessário e do mesmo modo saber suas obrigações perante a sociedade civil e cumpri-las. Ser cidadão por excelência é conhecer a si mesmo de forma ontológica, nesta perspectiva o sujeito precisa ser formado para tanto, tornando-se de fato um ser atuante na sociedade

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.

Em outras palavras cidadania é o direito que temos a tê-los, sabê-los e exercer, por sermos iguais, por sermos indivíduos que cumprimos nossos deveres, precisamos ter os nossos direitos assegurados. É preciso formar sujeitos capazes de atuarem na sociedade como atores e não meros repetidores, nesta perspectiva elencamos, também, à escola esse papel. A escola deve

fazer questão de contribuir nessa evolução, não preparando apenas os cidadãos para a vida, pois ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania, (ALARCÃO, 2001).

A escola precisa ser aberta e plural e desenvolver essas características, com autonomia e práticas pedagógicas que influenciem a atuação de seus agentes na vida da comunidade. É preciso preparar as pessoas para a vida, e vida em sociedade, é preciso abertura de ideias e mais ação-reflexão, que contribua na formação e atualização dos que fazem a escola. A escola deve promover se integrar seus componentes, com o intuito de se construir e ou resgatar a cidadania.

Em uma escola participativa e democrática como a que se pretende, a iniciativa é acolhida venha ela de onde vier, porque a abertura às ideias do outro, a descentralização do poder e o envolvimento de todos no trabalho em conjunto são reconhecidos como um imperativo e uma riqueza. (ALARCÃO, 2001, p. 20)

Portanto as escolas devem ser espaços de construção da autonomia dos estudantes e todo o corpo escolar “A formação para a cidadania é o ponto mais importante e supõe, evidentemente, uma formação pessoal.” (Werneck, 1995 p. 13). No livro Por uma escola de cidadãos (1995 p. 6) afirma que “há muitas coisas que podemos fazer. Começar a pensar na nossa responsabilidade de cidadãos e formadores de cidadãos é um primeiro passo.” É extremamente importante a função do professor no sentido de preparar os alunos para o seu futuro como cidadãos, portadores do saber e de capacidade de agir, o que se traduz por um processo de ensinar a viver em comunidade.

3 Metodologia

Neste exercício de pesquisa, para nos orientar com relação às questões sobre a metodologia elegemos (Godoy,1995), para um direcionamento em pesquisas qualitativas e (Minayo1992), na organização e estruturação do exercício de pesquisa. O estudo se deu numa perspectiva qualitativa onde: “Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (Godoy 1995).

Os encontros foram o principal foco de observação e análise, com todos os sujeitos agentes do Projeto. Dentre as técnicas de coleta de dados as que foram utilizadas são: entrevista semi estruturada, conversas informais e a observação participante. A respeito da observação participante segundo Anguera (1985) é uma técnica de investigação social em que o observador partilha na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os aspectos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade.

A observação participante é uma técnica para o trabalho de campo que proporciona grande aproximação com a realidade sociológica [...] o estar no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite, essencialmente, ao pesquisador entrar em contato com a realidade, que está à mão numa imensa variedade de possibilidades de interações, articulações e também contradições. (LAGE, 2013, p. 59).

As técnicas de coleta de dados foram várias de maneira a atender os objetivos e as oportunidades de compreensão que os encontros oferecem. Com relação às entrevistas semi estruturadas, elas estão mais próximas de um diálogo que mesmo um questionamento podendo ser moldadas de acordo com o decorrer da técnica, elas têm um certo nível de espontaneidade e flexibilidade.

Conclusões Parciais

A abertura da equipe gestora da escola, para o projeto, conseqüentemente o estudo, foi de suma importância para viabilizar os trabalhos, embora inicialmente, pensávamos em fazer o projeto noutra perspectiva, a sugestão da gestora foi fundamental para a elaboração e execução, uma vez que a mesma sentia a necessidade de discutir sobre o tema das relações étnico-raciais e cidadania, focando também, junto a esta temática um pouco da participação da comunidade na escola. O fato de inserir a comunidade e representantes de outras instâncias nos debates, contribuiu para alargar a discussão, e ao final dos encontros, as avaliações foram positivas, pois se deram no decorrer de cada encontro nos quais os participantes puderam opinar sobre a metodologia, também como relatar suas vivências, dessa forma tudo se deu de maneira fluída e não estanque.

No que diz respeito à relação dos alunos com a coordenação, existe uma interação direta, a coordenadora conhece os familiares e a vida de quase todas as crianças, inclusive nos relatou algumas dessas histórias, relacionando os fatos familiares, contudo, com esta visão ela acaba neutralizando algumas atitudes para com as crianças. Com relação aos familiares a relação se dá de forma bem próxima, com professores e professores e com a gestão da escola, de forma que a presença dos pais, mães e ou responsáveis é uma constante na escola. Sobre a comunidade em geral, a participação é um pouco mais difícil, visto que algumas pessoas não se entendem como parte participante da escola, compreendem que só os estudantes e seus familiares e ou responsáveis, com os professores, professoras e membros da escola em geral é que fazer parte da comunidade escolar. Nesta perspectiva a escola se insere na comunidade por meio de formações para que a comunidade se insira no cotidiano da escola.

Referências

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”:** uma conversa com historiadores. Janeiro-junho. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewfile/1291/712> Acesso em: 19 nov.14.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5ª edição. Cortez Editora; São Paulo, 1991.
- ELALI, G. V. M. A. **O ambiente da escola:** uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/1904>>. Acesso em: 03 de Junho de 2014.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Set/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Formação Continuada e Gestão da Educação*. 2ª ed. Editora Cortez; São Paulo, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GODOY, A. S. *Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades*. In: Revista de Administração de Empresa. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63; Mar/Abr 1995.
- HERANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. 4ª edição. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- LAGE, A. C. *Educação e movimentos sociais - caminhos para uma pedagogia de luta*. Editora Universitária - UFPE; Recife, 2013.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado*. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 1ª ed. Editora Alternativa; Goiânia, 2001.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003 – (Coleção Docência em Formação/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).
- LUCK, Heloísa. (et al.). *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Editora Vozes; Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/10542/7012. Acesso em: 30 de junho de 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: Unidade entre teoria e prática?** São Paulo: Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada Faculdade de Educação da USP, 1993.

SAVIANI, Demerval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC*. In. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES. nº100, pg. 1231-1255, 2007.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata**. In: VEIGA, I. P. A. (org.). *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. São Paulo, Campinas: Papirus, 2008. BRASIL. *LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 1996*. 2ª ed. 2001.